

AVANCE PARA A PÁGINA SEGUINTE.

ESTA FOLHA SERVE PARA VER AS PÁGINAS FACE-A-FACE NA SEQUÊNCIA CORRECTA.



OS TIPOS QUE ESTÃO A FAZER A HISTÓRIA

ANTÓNIO GUEDES DE AMORIM* E JORGE COSTA**

ILUSTRAÇÕES DE JOSÉ FEITOR josefeitor@combate.info

*"I'm not the historian – I'm the guy making history." George W. Bush,
ao recusar classificar a “guerra ao terrorismo” como Quarta Guerra Mundial*

À DERRAPAGEM MILITAR DA OCUPAÇÃO, OS ESTADOS UNIDOS ACABAM DE JUNTAR UM GOVERNO DE FACHADA IRAQUIANA. NESTE ARTIGO, PASSAMOS REVISTA A ALGUMAS DAS FIGURAS QUE O IMPÉRIO PROJECTA NA GUERRA SÓRDIDA COM QUE DECIDIU ABRIR O SEU SÉCULO. E QUANDO EM WASHINGTON SE JOGA A POSSIBILIDADE DE UMA MUDANÇA DE TURNO NA CASA BRANCA, VALE A PENA OLHAR OS PONTOS FRACOS DA MAIOR FORÇA DO IMPÉRIO, A SUA MÁQUINA DE GUERRA.

PARA A HISTÓRIA do Iraque, 30 de Junho foi afinal 28. A “transição para a soberania”, assim anunciada pelos ocupantes, foi um gesto burocrático, emparedado nas profundezas da “zona verde” de Bagdade e antecipado por dois dias para reduzir o risco de atentados. O novo governo iraquiano está cercado por uma resistência armada cada vez mais activa e eficaz e a sua autoridade é totalmente subordinada à ocupação militar que o empossou. A sua sobrevivência física depende dos 160 mil soldados da ocupação que permanecem no Iraque, e a sua política é a obediência a ministros-sombra da embaixada norte-americana, comissários que durante os próximos cinco anos condicionarão cada decisão de Bagdade.

Pouco, nada de essencial, mudou no Iraque com a entrada em funções do novo primeiro-ministro. Na sua composição, o governo Allawi mal se distingue do Conselho estabelecido por Paul Bremer. A espinha dorsal do colaboracionismo com a ocupação continua a estar na zona na zona curda (PDK e UPK) e no islamismo xiita tradicional (al-Dawa e Conselho Supremo da Revolução Islâmica). Assim, o 30 de Junho marcou, antes de mais, o verdadeiro arranque da campanha presidencial de



Já depois da farsa de “transição de soberania”, com a segunda ofensiva sobre Najaf e a redução de lugares de peregrinação a entulho, ficou claro que Bush não conseguirá branquear a sua guerra colonial como conflito de baixa intensidade.

Bush, o sinal para uma tentativa secundarização mediática do Iraque, cuja presença televisiva caiu cerca de 30% nos EUA, durante o mês de Julho (V, 19.08.2004).

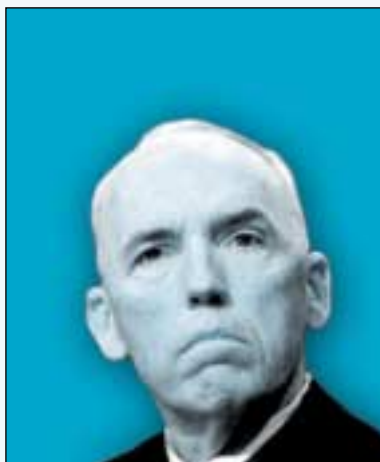
Mas no quotidiano do Iraque nada indica uma estabilização: dois terços da força de trabalho à época da invasão está hoje desempregada e as autoridades ocupantes mostram-se incapazes de travar o desmoronamento dos aparelhos industrial e de produção agrícola, ou sequer de garantir serviços essenciais: os fornecimentos de água e electricidade são intermitentes desde a invasão. A instabilidade militar comprometeu, desde o início da ocupação, o arranque do processo de

“reconstrução” e os negócios milionários ainda não saíram dos contratos. Dos 18,4 mil milhões de dólares aprovados pelo Congresso no ano passado e entretanto adjudicados, apenas seiscentos milhões foram efectivamente gastos. De 2800 projectos previstos apenas 214 estão em construção (LAT, 23.8.2004).

A revolta generalizada face às condições de vida sob a ocupação, o fortalecimento da resistência e a aproximação ao milésimo soldado norte-americano morto - fasquia simbólica difícil de gerir nas vésperas das eleições -, tudo se junta contra a almejada “afeganização” noticiosa do Iraque junto do público norte-americano. Já depois da farsa de “transição para a

soberania”, com a segunda ofensiva sobre Najaf e a redução de lugares de peregrinação a entulho, ficou claro que Bush não conseguirá branquear a sua guerra colonial como conflito de baixa intensidade. O acordo de cessar-fogo, em finais de Agosto, juntou a cidade-santa xiita à sunita Falluja como mais uma zona de acesso vedado às tropas ocupantes. A fachada de autoridade nacional agora instalada, certamente suavizará o sentimento de humilhação nacional imposto pelo domínio directo do pró-cônsul e não deixará de tecer uma base social de favorecimento clientelar. Mas não basta, como em Cabul, para fingir que tudo vai bem.

MILLER, TORCIONÁRIO DE CONFIANÇA



A par da barbárie quotidiana do Iraque ocupado e das sangrias de Falluja e Najaf, os “libertadores” têm a pesar contra si o arrastado processo de revelações sobre a política de torturas sobre prisioneiros posta em prática em Abu Ghraib. O comité do Senado que investigou o escândalo divulgou as “regras de conduta em interrogatório” em vigor no Ira-

que. Aí se caracterizam dois tipos de procedimentos, um de técnicas básicas aprovadas para todos os presos e outro dependente da autorização expressa do general Ricardo Sanchez, comandante das tropas ocupantes. Nesta segunda lista de procedimentos encontra-se o retrato de Abu Ghraib: “posições de stress”, privação de sono, recurso a cães. Fica claro que a tortura foi uma decisão tomada ao mais alto nível da administração norte-americana, pelo ministro da Defesa, Donald Rumsfeld. Mas o mais assustador é a emenda de Rumsfeld ao tenebroso soneto de Abu Ghraib: em Agosto de 2003, o general Geoffrey Miller, então comandante do campo de concentração de Guantanamo (onde continua suspensa a aplicação da Convenção de Genebra), visitou Abu Ghraib para melhorar a eficácia dos interrogatórios, introduzindo técnicas mais rápidas a quebrar o moral de supostos membros da resistência, como referem os relatórios no seu jargão. O período mais duro das torturas, sabe-se hoje, foi o que se seguiu a esta visita. Meses depois, divulgadas as fotos e os relatórios internos, Miller não foi levado a tribunal militar. Pelo contrário, em vez de ser julgado pelas práticas que ajudou a instalar na prisão iraquiana, foi nomeado por Rumsfeld para “sanear” o sistema prisional da ocupação no Iraque. É isso mesmo: hoje, quem dirige a prisão de Abu Ghraib, vindo directamente de Guantanamo, é o general Geoffrey Miller, torcionário encartado.

De resto, Miller não é o único especialista em presença. Enquanto alguns escândalos são geridos em inquéritos oficiais, com a eficácia que está à vista, outros vão saindo a público. A presença em Abu Ghraib de agentes do Shin Bet, os serviços secretos israelitas com célebres tradições de desprezo pelos direitos humanos, tornou-se notícia depois de alegações da antiga responsável da prisão, a general Janis Karpinski, nesse sentido (J, 7.7.04). Tal como os agentes clandestinos israelitas,

os mercenários contratados estão acima de qualquer lei, escapando à jurisdição dos tribunais militares e a quem as autoridades da ocupação isentaram perante as novas autoridades judiciais iraquianas. Este estatuto de absoluta impunidade abarca hoje os cerca de 20 a 30 mil mercenários presentes no território (WP, 14.6.2004). Além da impunidade para os seus funcionários, a CACI - International, uma das empresas que forneceu torcionários para Abu Ghraib (e da qual Richard Armitage, número dois de Colin Powell, foi o mais famoso administrador - E, 15.5.2004), recebeu mesmo uma extensão do seu contrato de prestação de serviços às forças armadas norte-americanas, no valor de 15 milhões de dólares (R, 4.8.2004).

Com Miller à frente das prisões do Iraque, não surpreende que prossigam as histórias de horror. Segundo a Cruz Vermelha, há mais de cem crianças presas no Iraque, inclusive em Abu Ghraib (DS, 7.4.2004). Já em Agosto, transpirou de Abu Ghraib a notícia de que uma parte dos presos foi ocultada da inspecção realizada pela Cruz Vermelha (WP, 4.8.2004) e a prestigiada revista científica *The Lancet* divulgou um tenebroso relatório sobre a colaboração dos médicos militares da prisão nas torturas sobre prisioneiros, através de falsos diagnósticos e da devolução à tortura de presos em perigo de vida (R, 1.8.2004). Como em Guantanamo, os iraquianos - resistentes ou não - que caem nos cárceres da ocupação tornam-se fantasmas em zona sem lei, habitantes do estado de excepção.

CHALABI, UMA BAIXA NA TRIBO



Com a “transição para a soberania”, a única mudança significativa nas autoridades nomeadas pela ocupação foi o rosto do homem de confiança dos norte-americanos em Bagdade. Desde muito antes da invasão que se desenrolava, em torno desta escolha, uma guerra surda entre o Departamento de Estado e a CIA, por um lado, e o Pentágono e os neoconservadores, por outro. Os primeiros apostavam desde a primeira guerra do Golfo no sector ex-baasista, tornado oposição no exílio, mas mantendo contactos clandestinos na própria polícia política de Saddam Hussein. O centro dessa rede era o partido Acordo Nacional Iraquiano (ANI), de Ayad Allawi. Mas no primeiro ano de ocupação, foi a linha neoconservadora que impôs o iraquiano do império em Bagdade: Ahmed Chalabi, líder do Congresso Nacional Iraquiano e exilado de longa data, era o “autocrata de espírito democrático” dos sonhos neoconservadores. A influência deste sector no Pentágono acabou por remeter Allawi para segunda figura e abriu caminho a Chalabi. Ainda em Janeiro passado, era este que se sentava ao lado de Laura Bush como convidado de honra do discurso do “estado da União” de George W.

Mas a 30 de Junho terminou o controlo da ocupação pelo Pentágono, que tutelava a Autoridade Provisória de Paul Bremer, e a direcção da política em Bagdade passou para o Depar-

A mais recente demonstração da natureza de “homem forte” do novo primeiro-ministro designado pela ocupação ocorreu em Junho passado, quando, numa visita a uma esquadra de polícia em Bagdade, Ayad Allawi terá executado, a sangue-frio, seis alegados membros da resistência iraquiana.

tamento de Estado, que nomeou o novo “embaixador” John Negroponte (ver edição anterior do *Combate*). Colin Powell nunca confiou em Chalabi e lastimava o seu peso sobre algumas opções desastrosas do primeiro ano de ocupação: a “desbaasificação”, com os seus milhares de despedimentos na função pública (onde a filiação no Baas era um requisito quase obrigatório), e o desmantelamento do exército iraquiano originaram um descontentamento massivo, o agravamento do caos nos serviços públicos e o crescimento da resistência. A chegada ao Iraque do enviado especial da ONU, o argelino Lakhdar Brahimi, foi mau agouro para Chalabi. Próximo da coroa hachemita da Jordânia, Brahimi, antigo membro da junta militar que anulou as eleições de 1991 na Argélia, apressou-se a varrer o ex-exilado. A Jordânia nunca lhe perdoou a mega-fraude bancária de 1992, quando Chalabi pilhou e fez colapsar o terceiro maior banco do país e fugiu para Londres. Ainda hoje vigora em Amã o mandato de captura em nome do iraquiano que era, até Junho, ministro das finanças do Conselho Governativo nomeado por Paul Bremer.

A queda em desgraça foi abrupta. Desejoso de um mandato da ONU que desse cores de legitimidade internacional ao isolamento da ocupação, John Negroponte não regateou a cabeça de Ahmed Chalabi. Mesmo se, nos últimos anos, o Congresso Nacional Iraquiano recebeu cerca de quarenta milhões de dólares de subsídios oficiais de Washington (N, 31.5.2004). Inconformada, a tribo neoconservadora vê o chão fugir-lhe debaixo dos pés quando Chalabi é acusado pela CIA de passar informações confidenciais ao governo do Irão. Em sua defesa, uma delegação de peso vai ao encontro da conselheira de segurança nacional, Condoleezza Rice: Richard Perle, o guru, ex-conselheiro do Pentágono; James Woolsey, director da CIA nos tempos de Clinton; Newt Gingrich, antigo porta-voz dos republicanos no Congresso. O protesto é veemente: porquê esta súbita mudança de política, se desde os tempos de Reagan que são conhecidas as ligações de Ahmed Chalabi ao escândalo “Irão-Contras” (operação clandestina montada a partir de Washington, nos anos 80, que incluía a venda de armas a Khomeini durante a guerra com o Iraque)? De resto, muitos governantes hoje no activo estão ligados a essa operação - o embaixador Negroponte ou Elliot Abrams, actual responsável pelo Médio Oriente no Conselho de Segurança Nacional (indultado por Bush-pai em 1992, depois de condenado por mentir, sob juramento, no Congresso)... Mas de pouco parecem ter servido os esforços dos neoconservadores: em meados de Agosto, o líder do CNI tem já um mandato de captura iraquiano em seu nome, por emissão de moeda falsa. Mais: o seu número dois, o sobrinho Salem, é acusado de ordenar o assassinio de um juiz iraquiano, Zuhair al-Maliky, que investigaria casos de desvio de fundos pelo CNI. Ora, na hierarquia da ocupação, Salem

Chalabi era, até agora, nada menos que o presidente do tribunal especial contra Saddam Hussein, co-redactor do projecto de Constituição iraquiana e um dos promotores do restabelecimento da pena de morte no país. Formado em Yale, este advogado tem escritório em Nova Iorque com um israelita da extrema-direita do Likud, Marc Zell (que por sua vez foi sócio, durante quinze anos, de Douglas Feith, subsecretário de Estado da Defesa... - G, 10.8.2004). Elevado através das conveniências e manobras do império a paladino da democracia no Iraque, Ahmed Chalabi regressa ao estatuto de pária internacional pelo mesmo caminho.

ALLAWI, O GANGSTER QUE SE SEGUE



A hora de Ayad Allawi chegou com o embaixador Negroponte. Allawi é um velho conhecido do Departamento de Estado e da CIA, recrutado para a agência em 1992. De 1971 a 1975, foi responsável das relações europeias do partido Baas e das actividades londrinas da secreta iraquiana, a Mukhabarat, que o ocupavam na perseguição a dissidentes iraquianos no exílio (NY, 28.6.2004). Os outros dirigentes de topo do ANI apresentam currículos igualmente impressionantes: Salih Omar al-Tikriti era supervisor de enforcamentos públicos em Bagdade nos anos 70. Nuri Al-Badran foi antigo embaixador de Saddam em Moscovo, antes de cair em desgraça junto do ditador e passar para as hostes de Allawi. Já nos anos 90, o ANI dava provas de presença organizada em território iraquiano através de atentados bombistas contra civis (antigos responsáveis da CIA registam pelo menos dois, em Bagdade, contra um cinema e um autocarro de passageiros...) que Allawi diligentemente relatava a Washington (NYT, 9.6.2004). Os norte-americanos contavam com o ANI como centro de uma estratégia de golpe de Estado que assegurasse a manutenção de um regime autoritário sem Saddam. Mas a única tentativa nesse sentido, em 1996, foi desmontada pela Mukhabarat, redundando num fracasso total e em numerosas execuções.

A mais recente demonstração da natureza de “homem forte” do novo primeiro-ministro designado pela ocupação ocorreu em Junho passado, quando, numa visita a uma esquadra de polícia em Bagdade, Ayad Allawi terá executado, a sangue-frio, seis alegados membros da resistência iraquiana. A notícia foi divulgada pelo enviado-especial do principal diário de refe-

rência da Austrália, o *Sidney Morning Herald*, que registou dois testemunhos separados do crime, mas nem por isso deixou de ser ignorada pelas autoridades da ocupação (SMH, 17.7.2004). Enquanto Allawi criava a sua aura de 'duro' em Bagdade, a campanha para a sua nomeação como novo chefe do governo-fantoches iraquiano era, naturalmente, feita em Washington. Para fazer valer os seus créditos de democrata, Allawi contou com um amplo *lobby*, orçado em 340 mil dólares e dirigido pelo antigo embaixador norte-americano no Qatar, Patrick Theros (USAT, 2.6.2004). Segundo a lenda da "transição para a soberania", é esta personagem, Ayad Allawi, que os militares norte-americanos, meros "convidados" no território, deverão agora "consultar" antes de cada ataque ou operação militar de vulto. À cabeça da longa marcha do Iraque em direcção à democracia, este estadista merece distinção: Tony Blair escolheu-o para convidado de honra do próximo congresso do Partido Trabalhista inglês.

GOSS & RIDGE, SOMBRAS DO IMPERADOR



No centro do império, o momento é marcado pelo ciclo eleitoral. A guerra está no centro da vida política e as peças movem-se em torno dela. George Tenet, o homem que dirigiu a CIA durante quase todo o mandato de George Bush, perfilou-se como bode expiatório das "falhas de informação" que teriam estado na origem do enorme embuste que justificou a invasão do Iraque. Em vésperas de eleições, Bush substituiu-o por Porter Goss. Nos EUA, as críticas a esta nomeação centraram-se até agora na sua proveniência: ex-agente secreto, Goss enveredou pela carreira no Partido Republicano em 1988 e não abandonou o Congresso desde então. A tradição é a de escolhas de aparência menos partidária, a partir do interior da própria CIA. De resto, foram muitas as vozes a interpretar esta nomeação como parte da disputa de poder no Estado da Florida (de onde provém Goss), onde Bush conquistou, pela fraude, o seu primeiro mandato presidencial, em 2000. Mas não é só por isso que o novo director da CIA é um típico produto dos tempos de Bush júnior.

Em vésperas de eleições, Bush substituiu-o por Porter Goss. Nos EUA, as críticas a esta nomeação centraram-se até agora na sua proveniência: ex-agente secreto, Goss enveredou pela carreira no Partido Republicano em 1988 e não abandonou o Congresso desde então. A tradição é a de escolhas de aparência menos partidária, a partir do interior da própria CIA. De resto, foram muitas as vozes a interpretar esta nomeação como parte da disputa de poder no Estado da Florida (de onde provém Goss), onde Bush conquistou, pela fraude, o seu primeiro mandato presidencial, em 2000. Mas não é só por isso que o novo director da CIA é um típico produto dos tempos de Bush júnior.

Na manhã de 11 de Setembro de 2001, Porter Goss, membro da Comissão do Congresso para os serviços de informações, e Bob Graham, seu homólogo no Senado, tomavam em Nova Iorque um descansado pequeno-almoço com o general Mahmoud Ahmad, chefe dos ISI, os serviços secretos paquistaneses. Até aqui, nada de surpreendente: desde os tempos da guerra do Afeganistão e do apoio aos mujahedines que o ISI era o principal canal da CIA na região, uma longa colaboração vastamente documentada. O repasto matinal é bruscamente interrompido pela notícia do inferno a abater-se sobre o centro de Manhattan.

Poucos dias depois dos atentados, Ahmad é afastado do ISI. O FBI acusa-o então de estar na origem dos cem mil dólares (metade do orçamento do atentado) recebidos pelo saudita

Mohamed Atta, chefe do comando suicida da al-Qaeda. O episódio do pequeno-almoço, divulgado pela imprensa (WP, 5.4.2003), nunca saiu da obscuridade, a ponto de Goss e Graham se voltarem a reunir recentemente... à cabeça da Comissão de Inquérito ao 11 de Setembro. Ninguém se surpreende, pois, se souber que nas 858 páginas do relatório não coube uma palavra sobre o famoso encontro com o financiador da al-Qaeda nem sobre muitos dos amigos comuns de Bin Laden e George Bush, a que Michael Moore dedicou o seu *Fahrenheit 9/11* (VV, 9.8.2004). Porter Goss é um homem que vem dos silêncios e mentiras da clique republicana de George Bush ("Há provas que demonstram o envolvimento do Iraque no primeiro [1993] e talvez no segundo atentado contra o World Trade Center", proclamava em pleno Congresso, em Outubro de 2002). Em ano de eleições, o seu currículo para director da CIA é imbatível.

Na reforma da 'intelligence', hoje sobre a mesa, discute-se a necessidade de um "czar" da informação – ou do anti-terrorismo, como lhe chama a comissão de inquérito ao 11 de Setembro – que coordene as 14 agências que convivem (e competem) na galáxia de polícias secretas de Washington. Hoje, esse papel vai sendo desempenhado por Thomas Ridge, o ministro do Interior. É ele que vem dirigindo o alarmismo em torno da eminência de ataques da al-Qaeda nos EUA, que tem sido o fundo de medo da campanha presidencial de George Bush.

Enquanto se sucediam os alertas amarelos e se brandia a eminência de ataques terroristas, o director da Comissão de Eleições norte-americana dirigiu uma carta a Thomas Ridge, pedindo "linhas de acção" para o cancelamento ou adiamento de eleições em caso de ataque. Ridge pediu parecer ao ministro da Justiça, o fundamentalista John Ashcroft (N, 19.7.2004) e esses procedimentos estão hoje "sob estudo" (WP, 14.7.2004). O adiamento das eleições em clima de alarme securitário já seria, por si só, um cenário assustador, mas os dispositivos previstos para tal circunstância tornam-no ainda mais arrepiante. Em caso de atentado e alerta vermelho, o Comando militar do Norte (que inclui o território dos EUA) assumiria o poder, algumas funções governamentais seriam suspensas, outras transferidas para os militares, ao lado de um "governo-sombra" de civis: está tudo no plano "Continuidade de Governo" preparado a partir do 11 de Setembro. Esse "governo-sombra", de composição secreta e paradeiro desconhecido, estará hoje em estado de prontidão constante para deslocação e entrada em funções em caso de ataque aos EUA (WP, 28.2.2002).

Para já, o falatório sobre o eventual adiamento das eleições e de militarização geral do país não passa disso: uma parte da campanha de medo em que Bush tem apostado. Mas o período que vai até às presidenciais de 2 de Novembro é de incerteza para os defensores das liberdades cívicas nos EUA. Senão, atente-se nas palavras do general Tommy Franks, o comandante da invasão do Iraque, numa entrevista em Dezembro passado, caracterizando as condições para o estado de excepção nos EUA: "um acto terrorista com baixas massivas, algures no mundo – eventualmente nos EUA – que leve a nossa população a questionar a nossa Constituição e a começar a militarizar o nosso país para evitar outro acto desse tipo" (CA, 12.2003).

O futuro da ocupação, actual epicentro da política imperial, é a área política em que o candidato John Kerry tem maiores dificuldades em se distinguir de George W. Bush. De facto, o programa democrata já está em plena aplicação pelos republicanos.

BUSH & KERRY, NUANCES LIMITADAS



O futuro da ocupação, actual epicentro da política imperial, é a área política em que o candidato John Kerry tem maiores dificuldades em se distinguir de George W. Bush. De facto, o programa democrata já está em plena aplicação pelos republicanos: “transferência de poder” para um governo iraquiano; bênção da ONU e maior envolvimento da

NATO, como no Afeganistão. Kerry votou a favor da invasão do Iraque; manterá as restrições às liberdades civis nos EUA, consagradas pelo *Patriotic Act*; apoia as políticas de Sharon na Palestina; e apela ao recrutamento de mais quarenta mil activos para as forças armadas e à duplicação da capacidade das forças especiais. Como diz Susan Watkins, “neste sentido, mesmo com a vitória de Kerry, a revolução Bush triunfou: ela produziu o seu sucessor” (NLR, 7-8.2004). Não se estranha, portanto, que em caso de vitória Kerry queira dar o Departamento de Defesa a um senador republicano pró-Bush, McCain – já Clinton nomeara, no seu tempo, o republicano Cohen para esse posto.

De facto, desde o final da guerra fria que, com governos republicanos ou democratas, o pensamento militar norte-americano dominante estabeleceu como objectivo a capacidade de travar e vencer duas guerras regionais de grande dimensão, quase simultaneamente. Essa (des)medida de potência encontrou o seu argumento: com os EUA envolvidos num conflito destes, um segundo inimigo, noutra ponta do globo, poderia aproveitar para agir militarmente. Neste duplo cenário, os inimigos, nem sempre nomeados, eram o Iraque e a Coreia do Norte, com Cuba, a Síria, o Irão e a China.

A par desta ideia, desde a Guerra do Golfo de 1991 que se assiste à evolução da chamada “Revolução dos Assuntos Militares” (RAM). Doutrina genérica e algo vaga, muito querida ao secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, a RAM consiste essencialmente na transformação das forças armadas através da redução do número global de soldados, da constituição de unidades mais pequenas e mais especializadas e do desenvolvimento de um novo arsenal de “super-armas”. Afinal, trata-se da opção estratégica pela supremacia tecnológica e pela “guerra cirúrgica”, relegando para segundo plano o factor humano.

Após a fase inicial da invasão do Iraque, em Março e Abril de 2003, que parecia confirmar a validade destas teorias, a realidade da presença no terreno demonstrou as suas insuficiências, desmoronando-se o castelo de cartas da guerra sem perdas, “sem sujar as mãos”. De facto, se foi surpreendente a debilidade da resistência à invasão propriamente dita, mais surpreendente foi, para os invasores triunfantes, a posterior resistência armada, apelidada de “terrorismo” pela propaganda oficial norte-americana.

Assim, ao crescente número de baixas norte-americanas (quase mil em finais de Agosto de 2004, sete mil feridos) e da coligação (cerca de 120 mortos, metade dos quais britânicos), juntam-se os mortos das Nações Unidas, das agências humanitárias, dos jornalistas, dos mercenários, das empresas privadas presentes na reconstrução, e os milhares de civis e resistentes iraquianos exterminados no turbilhão de emboscadas e batalhas. O Iraque está muito longe da “missão cumprida” proclamada por Bush a bordo do porta-aviões USS Abraham Lincoln em Maio de 2003.

Este fracasso tem consequências cada vez mais desgastantes para o regime e as forças armadas norte-americanas – em particular para o exército, grande fornecedor da “carne para canhão” e de alvos para a resistência. Imediatamente antes da invasão, Rumsfeld passou compulsivamente à reforma o chefe de estado-maior do exército, general Eric Shinseki. O seu pecado foi afirmar que os Estados Unidos precisariam de manter 225 mil soldados no Iraque durante anos, posição contrária à do Secretário da Defesa e à sua “revolução militar”. A invasão envolveu 150 mil soldados, mas deparou-se imediatamente com um sem-fim de problemas que obrigaram a alterações radicais e com alto custo social e político. O plano de redução destas forças a apenas 50 mil soldados foi rapidamente esquecido, e até o plano posterior para a primeira rotação, com uma redução para 135 mil soldados, fracassou, forçando-se mais de 15 mil soldados a três meses suplementares de mobilização, depois de um ano de presença no Iraque. Numa visão global, a intensidade do recurso às forças profissionais é cada vez mais penosa: das 33 brigadas do exército norte-americano activas e preparadas para combate, as doze que não estiveram mobilizadas no estrangeiro em 2003 foram-no, para o Iraque e Afeganistão, em 2004. Em Janeiro deste ano, Rumsfeld afirmava: «Estamos a tentar gerir agora a força para não termos uma quebra no recrutamento ou uma retenção de tropas daqui a um ano, que criaria um vazio que teríamos de lutar muito para corrigir» (R, 8.1.2004).

Prepara-se para começar em Novembro a segunda rotação de tropas, que fará regressar ao Iraque as unidades que participaram na invasão, levando consigo o material pesado entre tanto reenviado para as bases de origem, por se julgar na altura que já não seria necessário. A desmoralização destes regressados, que abandonam de novo o seu meio social e familiar em direcção às agruras da guerra, é tanto maior quanto assenta no recurso intensivo às unidades de reserva, um problema de vulto para a administração norte-americana. O exército norte-americano é constituído pela componente activa e por duas componentes de reserva: a Guarda Nacional e a Reserva, que constituem cerca de 35% do total do sistema de forças. Estas componentes estão organizadas de forma idêntica ao exército regular, mas os soldados que as compõem são civis que apenas treinam um fim-de-semana por mês, acrescido de duas semanas por ano – excepto em caso de mobilização. Ora, estes homens e mulheres são já 40% da presença no Iraque, frustrando as expectativas de quem esperava tranquilas carreiras no território nacional e encontra a sua vida subitamente abalada por comissões de serviço de 18 meses, 12 dos quais no Iraque. Como se tal não bastasse, o Estado-Maior convocou milhares de soldados da Reserva de Prontidão Individual (RPI) para preencher lacunas nas unidades prestes a partir na nova rotação. Estes cidadãos estão já completamente desligados do serviço militar, mas ainda são abrangidos por um prazo de oito anos após a cessação do contrato. Perante a dificuldade em localizar elementos da RPI para esta conscrição encapotada, a administração chegou a propor ao Congresso o cruzamento de dados com a administração fiscal, proposta denunciada pelas associações de direitos civis como inconstitucional.

JESSICA LYNCH, A VULNERABILIDADE DO OCUPANTE



A crise militar da ocupação agrava-se pelo enorme atraso dos ocupantes e do seu governo-fantoches na constituição de forças militares e de segurança iraquianas. O plano inicialmente apresentado por Paul Bremer visava a constituição de um exército de três divisões – 27 batalhões de infantaria ligeira, quarenta mil homens –, num prazo de três anos, acrescido de outras dezenas de milhar na polícia,

na Guarda Nacional (um corpo policial fortemente militarizado), nas forças de defesa costeira, na guarda fronteiriça e numa miríade de outras pequenas forças policiais. Tem-se assistido ao falhanço de todos estes projectos. Em Junho de 2004, apesar dos elevados níveis de desemprego, o alistamento no novo exército estagnava em cerca de 10% do previsto e a lealdade dos novos recrutas permanecia em dúvida (NLR, 7-8.2004). Aquando da constituição do primeiro destes batalhões, 300 dos 700 homens desertaram logo após a conclusão da recruta, devido aos baixos salários mas acima de tudo fugindo às miras da resistência. Outra das dificuldades é a recusa de muitos destes novos soldados em combater contra os seus concidadãos – na já citada batalha de Falluja, todo o segundo batalhão do novo

exército iraquiano se recusou a combater os membros da resistência na cidade, voltando ao quartel sem se estrear em combate. Nos momentos mais críticos em Falluja e nas revoltas xiiitas dos apoiantes do Moqtada al-Sadr muitos polícias e soldados iraquianos desertaram directamente para o outro lado da barricada, virando os conhecimentos militares recentemente adquiridos contra os seus instrutores.

Outra inovação é o recurso sem precedentes a mercenários civis para todo o tipo de tarefas militares. De facto, a ocupação tem como segundo contingente, em termos numéricos, à frente de britânicos e polacos, algo como trinta mil funcionários de “empresas de segurança”, responsáveis não só pela protecção das numerosas empresas envolvidas na reconstrução mas sobretudo por operações estritamente militares, desde o reabastecimento de forças em zona de combate à escolta dos comboios logísticos até às frentes de batalha, como se viu em Falluja, com a morte de quatro mercenários norte-americanos a servir de justificação para o cerco e bombardeamento da cidade, em Abril passado. Estas organizações de mercenários assinam contratos milionários atribuídos pelo Pentágono. Ironicamente, é o mesmo Departamento da Defesa que perde todos os anos, para estas mesmas empresas, milhares de soldados que trocam as forças armadas por salários muito mais elevados, na ordem dos 25 mil euros por mês (E, 15.5.2004). A tentação dos exércitos privados é já um dos principais problemas de retenção de forças e recrutamento enfrentados pelo aparelho militar norte-americano. Mas o atoleiro militar iraquiano acelera a vertigem da privatização da guerra: segundo o *Times* de Londres, “Donald Rumsfeld anunciou que nos próximos doze meses o número de mercenários no Iraque poderá chegar a cem mil, constatada a insuficiência das tropas para garantir protecção a diplomatas e homens de negócios” (T, 21.8.2004).

O exército norte-americano vê-se neste momento confrontado com a maior crise de recrutamento desde a adopção do modelo voluntário em 1973, altura em que a guerra no Vietname tinha criado tais fracturas na sociedade norte-americana que se optou pelo fim do serviço militar obrigatório (SMO). E é o processo inverso que se adivinha no horizonte: face às crescentes dificuldades em manter níveis de recrutamento que alimentam uma estrutura com 480 mil militares, vários senadores e congressistas, democratas e republicanos, vêm defendendo a reintrodução do SMO (TS, 22.4.2004), perspectivando o regresso a um sistema em que milhares de jovens são alistados compulsivamente. Após os atentados de 11 de Setembro, cuja onda “patriótica” ofereceu às forças armadas milhares de voluntários, as invasões do Afeganistão e do Iraque mudaram a visão geral do serviço militar: quase 20% dos soldados regressados destes conflitos sofrem de stress pós-traumático, sendo que poucos recebem qualquer tipo de tratamento ou acompanhamento, dados os estigmas sobre as doenças mentais no ambiente militar (NEJM, 1.7.2004). Assim, enquanto o regresso ao SMO é apenas uma hipótese, o Pentágono recorre a outros artificios para aliciar novos recrutas, sobretudo nos sectores sociais mais desfavorecidos: desde facilidades no acesso ao ensino superior até simples prémios monetários – apenas por se alistar, um novo recruta recebe hoje até 15 mil dólares (USAT, 5.8.2004) –, passando por benefícios na concessão da nacionalidade norte-americana aos estrangeiros ao ser-

Talvez o maior sucesso da resistência iraquiana seja a demonstração de que a máquina militar norte-americana é incapaz de cumprir os objectivos por si própria definidos, pondo a nu a impossibilidade de sustentar dois conflitos regionais simultâneos e mesmo a estabilização militar de uma ocupação efectiva.

viço das forças armadas (cerca de 37 mil homens e mulheres, 3% do total). Para recrutar, vale até a mentira: incorpora compulsivamente recrutas que se inscreveram no Programa de Incorporação Adiada, que estabelece um prazo-tampão entre o compromisso do futuro recruta e a incorporação propriamente dita, prazo esse que está hoje a ser pura e simplesmente ignorado. Todas estas manobras têm resultados imprevistos: a qualidade média dos recrutas desceu vertiginosamente, segundo os próprios critérios do Pentágono (USAT, 20.7.2004), ameaçando frustrar a transformação do exército numa máquina preparada para a “guerra assimétrica”, em que não só as unidades de primeira linha se vêm envolvidas nos combates, mas também as unidades de apoio e serviços – que constituem a maior fatia de qualquer exército. O exemplo mais mediatizado desta nova realidade foi a emboscada à 507ª Companhia de Manutenção por parte de forças irregulares iraquianas a 23 de Março de 2003, na qual morreram onze norte-americanos e outros seis foram capturados, entre os quais a soldado Jessica Lynch (o evento foi transformado pela propaganda militar numa demonstração de heroísmo, mas tratou-se sobretudo de uma demonstração evidente da vulnerabilidade e incompetência das unidades de segunda linha).

Esta pressão faz-se sentir também politicamente. Face à proximidade das eleições presidenciais a que é novamente candidato, George W. Bush apresentou o esboço de um projecto para a redistribuição das suas forças destacadas envolvendo setenta mil militares à escala global. Destas dez divisões do exército norte-americano (15 a 20 mil homens em cada), as duas presentes na Alemanha vão ser transferidas para o Estados Unidos, sendo substituídas por uma simples brigada, o que equivale à redução de cerca de 50% dos 73 mil soldados presentes no território deste velho aliado. Estas alterações serão compensadas pela colocação de novas unidades, mais ligeiras, nos novos países aliados da Europa Central e de Leste, o que constitui também uma indicação das prioridades diplomáticas do regime norte-americano face ao continente europeu. Quanto à Coreia do Sul, anuncia-se a retirada de cerca de um terço dos militares norte-americanos (12 em 37 mil). Para muitos, é uma viagem com escala: a 2ª brigada da 2ª divisão de infantaria vai cumprir um ano no Iraque antes de se mudar definiti-

vamente para o continente norte-americano. No Japão, as alterações envolvem os Marines, quarto ramo das forças armadas, aqui fortemente implantado desde o final da 2ª Guerra Mundial e alvo de crescente contestação local, após inúmeros casos de violações e outros crimes por militares norte-americanos.

Este plano foi atacado pela campanha de John Kerry, pela voz do general Wesley Clark (CNN, 25.8.2004), como um “perigo para a segurança nacional em plena guerra contra o terrorismo”, mas de facto não passa de uma jogada eleitoral que visa apaziguar o grande desgaste entre os militares e as suas famílias, resultado antes de mais da pressão das múltiplas comissões para o Iraque, e recuperar o voto das classes militares mais desgastadas pelo conflito (soldados e sargentos), tradicionalmente republicanas mas que hoje depositam esperanças nos democratas para uma saída do atoleiro iraquiano. Este anteprojecto, absolutamente vago, não estabelece compromissos a breve prazo (G, 9.7.2004), mantendo as linhas essenciais de uma política de “defesa” expedicionária. O mesmo se passa com o orçamento da Defesa para 2005: os 417 mil milhões de dólares previstos em Julho superam em 12% o orçamento militar médio dos tempos da guerra fria. Mas nem isto suscita reacções do Partido Democrata dignas de nota. Como realçou o próprio teórico neoconservador William Kristol em entrevista ao *Público*, as posições republicana e democrata para a Defesa e para o Iraque divergem apenas no pormenor (P, 23.8.2004).

Talvez o maior sucesso da resistência iraquiana seja a demonstração de que a máquina militar norte-americana é incapaz de cumprir os objectivos por si própria definidos, pondo a nu a impossibilidade de sustentar dois conflitos regionais simultâneos e mesmo a estabilização militar de uma ocupação efectiva. Entram assim em desagregação muitos dos princípios do actual modelo profissional e expedicionário da estrutura das forças armadas imperiais. Trata-se, sem dúvida, da mais grave ameaça à política militar norte-americana desde o final da guerra do Vietname.

* Membro da ATTAC. antonioamorim@combate.info

** Dirigente do Bloco de Esquerda e co-autor, com Francisco Louçã, de “A Globalização Armada, as aventuras de George W. Bush na Babilónia” (ed. Afrontamento, 2004). jorgecosta@combate.info

SIGLAS DA IMPRENSA CITADA:

CA – Cigar Aficionado; CBS – Cable Broadcasting System; CNN – Cable News Network; DS – Der Spiegel; E – Expresso; G – The Guardian; J – Jane’s Defense Weekly; LAT – Los Angeles Times; N – Newsweek; NEJM – New England Journal of Medicine; NLR – New Left Review; NY – New Yorker; NYT – New York Times; P – Público; R – Reuters; SMH – Sidney Morning Herald; TS – Toronto Star; USAT – USA Today; V – La Vanguardia; VV – Village Voice; WP – Washington Post.